

Curadoria do Meio Ambiente

SIG/MP n. 06.2016.00002910-5

Investigado: Fernando Burato de Souza

Objeto: apurar eventual violação às normas ambientais em razão da realização de obra em área considerada de preservação permanente

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio da Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Urussanga, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente, e, de outro lado, **FERNANDO BURATO DE SOUZA**, brasileiro, comerciante, registro de identidade n. 348.555-2, inscrito no cadastro de pessoa física sob o n. 032.168.239-46, e **SANDRO DAVID BURATO**, brasileiro, empresário, registro de identidade n. 1.936.994, inscrito no cadastro de pessoa física sob o n. 590.060.489-68, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, ajustam o seguinte:

CONSIDERANDO que o "*Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*" (art. 127, *caput*, da Constituição Federal de 1988);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por força do art. 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, detém legitimidade ativa para agir em defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de

defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 225, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, *"As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados"*;

CONSIDERANDO que, na forma do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81, *"é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade"*;

CONSIDERANDO, por outro lado, que os terrenos localizados às margens dos rios e demais cursos d'água estão protegidos pela Lei n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal), que os considera de preservação permanente;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art. 4º, inciso I, da Lei n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal), reputa-se como área de preservação permanente, em zonas rurais ou urbanas, *"as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros"*;

CONSIDERANDO que *"A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente,*

sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis" (art. 2º, *caput*, da Resolução CONAMA n. 237/1997);

CONSIDERANDO que a intervenção em área de preservação permanente somente está autorizada em casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental (art. 8º da Lei n. 12.651/2012);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil autuado sob o n. 06.2016.00002910-5, o qual tem como objeto apurar eventual violação às normas ambientais em razão da realização de obra em área considerada de preservação permanente;

CONSIDERANDO que, durante a instrução deste procedimento, verificou-se que o estabelecimento comercial Fernando Burato de Souza – M.E., localizado na Rua José Cechinel, n. 57, Centro, Município de Morro da Fumaça/SC, **ampliou as suas instalações, às margens do rio Linha Torrens, edificando estrutura com 4 pilares de madeira e com cobertura de fibrocimento, com dimensões de 9x12m, para acolher plantas e flores** (fls. 54-56), ocupando, assim, área considerada de preservação permanente (*non aedificandi*);

CONSIDERANDO que a obra foi patrocinada por **Fernando Burato de Souza**, proprietário do estabelecimento comercial no imóvel de propriedade de **Sandro David Maccari**;

CONSIDERANDO, portanto, que a construção promovida é irregular, porquanto viola as regras urbanísticas e ambientais vigentes;

CONSIDERANDO, por outro lado, que o senhor Fernando Burato de Souza compareceu espontaneamente no Ministério Público e comunicou que, embora o contrato de locação do imóvel tenha expirado o seu prazo de validade na data de 31/10/2017, ainda continua em atividade no mesmo local;

CONSIDERANDO que o investigado afirmou, em contrapartida, que pretende sair do local em breve (até o final do ano), passando as suas atividades para a Rua Travessa Cristina Tezza, Centro, n. 70, Município de Morro da Fumaça/SC, onde reside, e que o seu depósito de flores (que hoje fica na estrutura de madeira construída às margens de curso d'água) também será

transferido, passando a ser estabelecido na Rua Ascendino Paulo Fernandes, Bairro Capelinha, no Município de Morro da Fumaça/SC;

RESOLVEM

Celebrar **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)**, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas destinadas a mitigar o impacto ao ambiente causado pela obra realizada em área de preservação permanente por **Fernando Burato de Souza**, proprietário do estabelecimento comercial Fernando Burato de Souza – M.E., localizado na Rua José Cechinel, n. 57, Centro, Município de Morro da Fumaça/SC, em imóvel de propriedade de **Sandro David Maccari** (matrícula imobiliária n. 4.723).

CLÁUSULA SEGUNDA: DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMISSÁRIO FERNANDO BURATO DE SOUZA

2.1 O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no **prazo de 90 (noventa) dias**, contados da assinatura deste Termo, retirar, por completo, a estrutura construída às margens do rio Linha Torrens, edificada com 4 pilares de madeira e com cobertura de fibrocimento, com dimensões de 9x12m, para acolher plantas e flores do seu estabelecimento comercial.

2.2 O COMPROMISSÁRIO compromete-se a reparar integralmente os danos ambientais provocados na área de preservação permanente localizada na Rua José Cechinel, n. 57, Centro, Município de Morro da Fumaça/SC (matrícula imobiliária n. 4.723), mediante:

2.1.1 Apresentação nesta Promotoria de Justiça de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente, no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias** a contar da retirada da estrutura acima descrita;

2.1.2 Execução integral do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) no **prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias** a contar da sua aprovação pelo órgão ambiental.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA OBRIGAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO COMPROMISSÁRIO SANDRO DAVID MACCARI

3.1 Caso o senhor Fernando Burato de Souza não cumpra com o ajustado, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a executar as obrigações constantes dos itens 2.1 e 2.2, no **prazo de 30 (trinta) dias**, contados do vencimento de cada uma delas.

CLÁUSULA QUARTA: DA CLÁUSULA PENAL

4.1 Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), os **COMPROMISSÁRIOS** ficam obrigados ao pagamento de **multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais)** em caso de atraso no cumprimento das suas obrigações assumidas, respectivamente nas **Cláusulas Segunda e Terceira** deste instrumento, revertendo tal valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ: 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência: 3582-3, Conta Corrente: 63.000-4).

4.2 Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos ambientais fiscalizadores.

CLÁUSULA QUINTA: DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face dos **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

5.2 Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

5.3 A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial deste título.

CLÁUSULA SEXTA: DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO

6.1 As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga/SC para dirimir controvérsias decorrentes do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

E, por estarem assim compromissados, firmam este **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta** em 3 (três) vias de igual teor e forma, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e do artigo 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, cientificados os presentes de que este Inquérito Civil poderá ser arquivado em relação ao signatário e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 9º, § 3º, da Lei nº 7.347/85, cuja homologação, todavia, não constitui condição de eficácia do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (art. 35 do Ato n. 335/2014/PGJ).

Urussanga, 6 de agosto de 2018.

Diana da Costa Chierighini
Promotora de Justiça
[assinado digitalmente]

Fernando Burato de Souza
Compromissário

Sandro David Maccari
Compromissário

Testemunhas:

Maurício Piacentini
Assistente de Promotoria de Justiça

Lucas de Oliveira Fogaça
Assistente de Promotoria de Justiça